

Comum como política pública em Barcelona: o exemplo do Canòdrom



Claudio Luis de Camargo Penteadó*

Resumo: O artigo tem por objetivo discutir os comuns urbanos como uma opção de formulação de políticas públicas dentro de uma chave de inovação cidadã de valorização da participação, por meio do exemplo do Canòdrom – Ateneu de Inovação Digital e Democrática, da cidade de Barcelona. O artigo apresenta uma breve discussão sobre os comuns urbanos e uma descrição do funcionamento do Canòdrom.

A agenda do comum se concentra em torno do trabalho seminal de Ostrom sobre a gestão coletiva de bens comuns, principalmente com estudos sobre modelos e experiências do comum em regiões rurais, destacando como as comunidades desenvolviam ações coletivas comuns.

A expansão da internet estruturada em um arranjo tecnológico de estrutura de redes distribuídas, que possibilita o desenvolvimento de práticas colaborativas e horizontais, o debate do comum ganha novo fôlego para pensar novas práticas, mediadas pelas tecnologias de comunicação em rede. O principal exemplo, são as comunidades de conhecimento, que tem no caso da Wikipédia seu principal modelo de sucesso, no qual os próprios usuários são responsáveis pela produção das verbetes. Outro exemplo, foi a formação de redes *peer to peer* de compartilhamento de arquivos, muito usada para o compartilhamento de músicas, que teve forte perseguição pela indústria do *copyright*.

Entre os anos de 2011 a 2013 o mundo assistiu a emergência de um ciclo de protestos em diversas partes do mundo (Los Indignados, Occupy Wall Street, Primavera Árabe, Jornadas de Junho/Brasil, etc), na qual as plataformas digitais tiveram um papel central na mobilização das

*Professor de Políticas Públicas da UFABC.

Palavras-chave: Comuns urbanos; Políticas Públicas; Cultura Digital; Canòdrom; Barcelona.

peessoas. Na Espanha, o movimento Los Indignados foi marcado pela ocupação das praças públicas, nas quais os manifestantes se organizaram em acampamentos, que por meio de práticas de auto-organização, a partir dos princípios do comum, produziram coletivamente uma série de ações (comunicação, alimentação, segurança, etc).

Nesse contexto, o conceito de comum ressurgiu dentro de uma nova lente que incorpora a visão de Hardt e Negri da biopolítica da multidão, como um “devir político contemporâneo”, no qual os bens comuns da humanidade estão associados à produção social coletiva (conhecimentos, produção material, afetos, entre outros). Laval e Dardot retomam o comum como uma alternativa política à expansão da nova razão do mundo neoliberal, constituída por uma lógica individualista que impacta sobre a dimensão afetiva das pessoas.

A partir das experiências das ocupações das praças públicas em 2011, e da influência teórica do comum como possibilidade na luta contra o neoliberalismo, na Espanha vai surgir o movimento do Municipalismo que nas eleições regionais de 2015 consegue eleger prefeitos nas principais cidades do país. Um destaque, em termos de continuidade e influência política, é o caso de Barcelona, que elege Ada Colau prefeita, oriunda dos movimentos sociais da luta por moradia, pela coalizção *Barcelona en Comú*. A coalizção estrutura sua agenda pela orientação dos “comuns urbanos” de valorização da ação comunitária e coletiva.

Dentro da dimensão política do comum, o artigo se propõe a discutir os comuns urbanos como uma opção de construção de políticas públicas dentro de uma chave de inovação cidadã de valorização da participação social. Para fazer essa discussão, foi selecionado o caso do Canòdrom – Ateneu de Inovação Digital e Democrática. O Canòdrom representa um exemplo de comum urbano que combina um modelo de gestão de pública de cogestão, com o uso de tecnologias livres como expressão do comum do conhecimento, e a coprodução de iniciativas e projetos de uso de tecnologias digitais para a promoção da cidadania.

Comuns Urbanos de Barcelona e a experiência do Canòdrom

A agenda dos comuns urbanos está associada à aceleração do processo de urbanização marcada por um movimento dual no qual convive uma lógica sistêmica de exclusão do poder econômico, com práticas comunitárias de solidariedade que emergem da sociedade, em seus mais diferentes arranjos. Esse processo é caracterizado por um enfraquecimento das instituições públicas, associadas com denúncias de corrupção, ineficiência e a incapacidade de buscar soluções para

lidar com a complexidade da desigualdade social e econômica que afetam as áreas da saúde, educação, meio ambiente e outros problemas que fazem parte dos centros urbanos.

A agenda dos comuns se estrutura como alternativa para além do modelo estatal clássico e das estruturas verticais de mercado, adotadas nos processos de privatização dos serviços e espaços públicos, caracterizada pela lógica individualista neoliberal.

Como política pública, os comuns urbanos procuram construir uma nova forma na relação entre sociedade civil e gestão pública para além do repertórios de pressão, advocacy, resistência e parceria. Por meio de processos de coprodução, articulada pela gestão pública, os comuns urbanos constroem sua agenda em torno do direito à cidade articulada em três eixos (Blanco et al., 2018):

- I. Ecologia Urbana: promoção do urbano sustentável, associado com espaços de moradia e sociabilidade;
- II. Economias cidadãs: formação de redes e ecossistemas de cooperativas, estímulo à criação de cadeias de criação e apropriação compartilhadas (dentro de uma lógica de sustentabilidade);
- III. Bem Estar de Proximidade: criação de uma rede de serviços de solidariedade de proximidade (fomento de iniciativas locais voltadas para a oferta de serviços sociais e coletivos).

A experiência do Canòdrom nasce dentro desta agenda, associada a política de soberania digital de Barcelona de valorização do desenvolvimento de soluções tecnológicas soberanas, coproduzidas dentro do paradigma dos comuns digitais, de integração de práticas colaborativas, com as comunidades de criação online, comunidades de softwares livre e processos de criação de códigos abertos (Bonet Martí & Serrano Miguel, 2021).

Ocupando as instalações da antiga pista de corrida de cachorros (origem do nome), o Canòdrom, como Ateneo de Inonvación Democrática, foi inaugurado em dezembro de 2020 e faz parte do Plano Barcelona Digital da prefeitura de Barcelona de 2016. Sua finalidade é aproximar a cultura digital com a inovação democrática do território onde está instalado (Bairro de Congrés Indians), e ser um ponto de encontro entre comunidades organizadas, projetos sociais e artísticos, centro de investigações e cidadania.

A gestão do espaço, dentro do paradigma dos comuns urbanos, segue o modelo de cogestão entre Prefeitura e a Colectic, grupo de coletivos que foram selecionados por meio de edital público, que desenvolve em suas instalações serviços públicos de transformação social, inclusão digital, projetos de cultura digital, fomento de inovação e democratização digital, fora do modelo de incubadoras empresariais.

Segundo Anna Inglès¹, coordenadora de oficina técnica e membro do Colectic SCCL, o Ateneo atua em quatro linhas de ação, sendo que todas as atividades precisam dar um retorno a comunidade do bairro:

- 1) Formação: programa educativo direcionado para inclusão, alfabetização e empoderamento digital;
- 2) Pesquisa: focada em ciência e tecnologias cidadã;
- 3) Inovação e desenvolvimento: de tecnologias feministas, videogames e tecnologias voltados para a participação;
- 4) Redes: conexão entre redes comunitárias e de inovação digital da cidade de Barcelona.

O modelo de cogestão do Canòdrom combina o uso de uma plataforma digital (Comunitat Canòdrom), com assembleias presenciais semanais entre servidores da gestão, coletivos, colaboradores e associação do bairro. Utilizando uma adaptação da plataforma Decidim², a Comunitat Canòdrom é um espaço aberto para todos, no qual além de disponibilizar os projetos e a agenda, também tem um espaço para a participação dos usuários, por meio do envio de propostas, abertura de debates e outras formas disponíveis. Além disso, na plataforma há uma seção chamada Memória del Canòdrom, que por meio de processos participativos (presenciais e online) entre os colaboradores e os vizinhos (associação de bairro), constroem coletivamente a memória do espaço e do bairro.

As assembleias presenciais semanais têm a finalidade de tomada de decisão por meio de processos coletivos, nas quais são decididos os projetos, a agenda e os temas da organização interna. Como revela Anna Inglès, por vezes as reuniões são longas e perde-se muito tempo discutindo coisas triviais, como o uso da geladeira. Contudo, ela argumenta que isso ajuda a criar um espírito de coletividade, importante para o funcionamento no Canòdrom.

1. Entrevista presencial realizada em 24/05/2023.

2. A plataforma Decidim é a principal plataforma de participação social em funcionamento no mundo. A plataforma possibilita a realização de consultas, orçamentos participativos, votações, entre outras funcionalidades e funciona por meio de códigos livres (Barandiaran et al., 2024).

Considerações Finais

Este artigo teve o objetivo de apresentar o desafio da implementação do paradigma do comum como um modelo de política pública. As experiências do comum são direcionadas para o estudo do protagonismo da sociedade e sua capacidade de auto-organização para a solução de seus problemas, principalmente no âmbito do território. O exemplo do Canòdrom nasce como uma inovação democrática que visa, ao mesmo tempo, se tornar um espaço de agregação de agentes da cultura digital (ativistas, desenvolvedores, artistas, entre outros) para o desenvolvimento de soluções digitais voltadas para a participação e formação de uma cultura cidadã, com um serviço público da cidade de Barcelona voltada para a realização de projetos culturais e de inclusão digital no território.

Para finalizar, o artigo aponta para a necessidade de um avanço na agenda de estudos do comum com avaliações empíricas sobre experiências de modelo de governança de gestão de serviços públicos por comunidades, movimentos e coletivos, fora do formato de privatização do terceiro setor. Pensar como a prática do comum pode ser apoiada e fomentada pela gestão pública, na valorização da coprodução de políticas e serviços públicos, por meio de processos participativos, uso de tecnologias livres e atos performativos coletivos.

Referências

BLANCO, Ismael; GOMÀ, Ricard; SUBIRATS, Joan. El nuevo municipalismo: derecho a la ciudad y comunes urbanos. **Gestión y análisis de políticas públicas**, 2018, 20: 14-28.

BONET-MARTÍ, J.; MIGUEL, M.S. Barcelona como laboratorio de innovación democrática (2015-2020). **Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo (RICD)**, 2021, 4.15: 18-35.

